

HÁ AINDA ALGUMA RELEVÂNCIA À ARQUEOLOGIA? CONSIDERAÇÕES ENTRE HISTÓRIA DOS DISCURSOS DE VERDADE E DE PODER

Marcos Nalli¹

Resumo: Procuo ensaiar uma interpretação do papel da caracterização da história feita pela arqueologia foucaultiana, nos termos de uma história das práticas discursivas regradas por suas formações discursivas. Minha hipótese é que, em *L'archéologie du savoir*, Foucault introduz um conceito – “prática discursiva” – cujo uso pragmático durante o livro permite a um só tempo sua análise arqueológica em termos históricos quanto sua leitura em termos críticos, de tal modo que forma um todo único às investigações foucaultianas.

Palavras-chaves: arqueologia – história – formação discursiva – prática discursiva – genealogia.

INTRODUÇÃO

Arnold Davidson, num artigo sobre Foucault, afirma categoricamente: “inútil dizer que eu não tenho a menor intenção de fazer de Foucault um filósofo analítico. Mas eu não creio também que não se saberá encontrar e aplicar relação utilizável entre alguns aspectos específicos da obra de Foucault e a tradição da análise conceitual”.² Eu também não pretendo fazer de Foucault um filósofo das ciências à maneira dos filósofos analíticos das ciências, ou mesmo como os epistemólogos franceses (Bachelard, Koyré, Cavailles, Canguilhem), por mais estranha que esta afirmação possa parecer à primeira vista, principalmente se recordarmos o artigo que Foucault escreveu em homenagem a Georges Canguilhem, “La vie: l’expérience et la science”, presente no volume IV dos *Dits et écrits* (1994). Mas deve-se observar também que a aproximação entre os nomes de Bachelard, Canguilhem e Foucault implica mais numa justaposição do que realmente numa relação suficientemente crítica e completa da história da filosofia francesa e do chamado estilo francês de epistemologia.³

É preciso reconhecer, no entanto, que o trabalho de pesquisa de Michel Foucault, ao menos durante os anos sessenta (mas é perfeitamente possível admitir também seus trabalhos

¹ Pesquisador bolsista-produtividade do CNPq. Professor do Departamento de Filosofia e dos PPGs em Filosofia (Doutorado e Mestrado) e em Psicologia (Mestrado), pela Universidade Estadual de Londrina – PR. E-mail para contato: marcosnalli@yahoo.com.

² DAVIDSON, “Foucault et l’analyse des concepts”, p. 53.

³ BRAUNSTEIN, “Bachelard, Canguilhem, Foucault. Le ‘style français’ en épistémologie”, p. 920-963.

posteriores, dos anos setenta), é muito provocativo para pensar as ciências e as tecnologias modernas. Suas análises são mais próximas dos chamados filósofos pós-analíticos, segundo os quais a análise das ciências se dá tanto pela análise das ciências no nível dos discursos e das teorias quanto no nível não-discursivo. Por isso, talvez alguns dos conceitos mais importantes da arqueologia foucaultiana sejam o de “formação discursiva” e o de “prática discursiva”; sem os quais não se pode efetuar uma análise nem dos discursos propriamente ditos (outro de seus conceitos fundamentais), nem da ciência em particular.⁴

Outro aspecto a ser considerado, que difere Foucault das chamadas filosofias analíticas da ciência reside em sua opção, metodológica e heurística, de trabalhar sempre a partir do solo histórico. E, neste sentido, não resta dúvidas de suas dívidas teóricas para com a epistemologia francesa. Um dos principais motivos da escolha se deve ao fato de que qualquer leitor atento dos textos foucaultianos tem que admitir que suas investidas teórico-analíticas sempre foram impregnadas de argumentos e características prementes de historiografia. O fazer filosófico em Foucault sempre se deu a partir de um estilo peculiar de escrita, a escrita histórica. Contudo, sob o signo de Clio, Foucault jamais se comportou como historiador, *ipso facto* e *ipsa littera*; assim como jamais foi em sentido estrito um filósofo. Sob o signo da diferença, Foucault fez filosofia fazendo história, e fez história fazendo filosofia. Suas reflexões – mais analítica e teoricamente sugestivas que sistematicamente teóricas (no sentido hegeliano da teoria como sistema) – sempre o lançaram para as zonas borradas e mal demarcadas que limitam e tangenciam as disciplinas. Daí uma das razões da dificuldade em defini-lo, seja como filósofo seja como historiador. No entanto, é inegável sua contribuição ao que podemos chamar de história das ciências. E neste sentido, é preciso situar os termos de sua contribuição.

INTERNALISMO E EXTERNALISMO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Antes de prosseguirmos na apresentação dessa abordagem, convém lembrar uma distinção, já tornada clássica entre os historiadores das ciências. Ela foi proposta pelo filósofo húngaro, pós-popperiano, Imre Lakatos (2007), e consiste no postulado teórico de que a história de uma dada ciência pode se dar de dois modos: (a) A história da ciência pode se dar

⁴ NALLI, “Sobre o conceito foucaultiano de discurso”, p. 151-169.

a partir da reconstrução dos argumentos, da constituição dos conceitos e teorias, sem uma referência ao menos explícita ao “contexto social” da pesquisa, procurando assim demonstrar e reconstruir sua racionalidade inerente, evidenciando no programa de pesquisa analisado que elementos foram fundamentais para que se colocasse como um progresso em relação à tradição, ou que fosse suplantada por programas de pesquisa melhores e racionalmente mais apuradas. A este modelo de fazer história, pode-se chamar de história interna. (b) A história da ciência pode consistir numa reconstrução focada no contexto social, econômico e político, inventariando de que modo cientistas e pesquisadores interagem entre si de modo a criarem condições satisfatórias para a defesa e propagação de suas teorias na comunidade científica a que pertencem. Neste caso, tem-se a história externa da ciência.

O que Lakatos propicia com essa distinção é o reaquecimento do velho debate entre historiadores das ciências sobre qual a melhor e mais correta forma de se fazer história das ciências, o debate entre “internalismo” e “externalismo”, uma vez que ele toma franco partido da análise histórica internalista da ciência por defendê-la como uma reconstrução racional da ciência; ou dito de outro modo, como a única forma de se fazer história da ciência que resgata a racionalidade inerente ao programa de pesquisa sem “contaminá-la” com elementos estranhos ao fazer científico.

Essa distinção se faz aqui importante, pois ela nos permite – pelo contraste – apresentar a historiografia foucaultiana, como uma alternativa viável tanto à posição lakatosiana em particular, quanto ao debate internalismo/externalismo entre os historiadores das ciências, em geral. Em suma, o que defendemos e tentaremos mostrar é que a historiografia foucaultiana, seja em sua faceta arqueológica ou em sua modulação genealógica (que do começo ao fim segue como um corolário crítico à metodologia analítica da arqueologia), é uma abordagem historiográfica que contempla, simultaneamente, aspectos das ciências que podem ser tomados como “internalistas” e “externalistas”; e que isto ocorre não por um descuido ou desatenção metodológica, mas sim que está em perfeita consonância com sua concepção de história e que é coerente com a sua demarcação metodológica dos objetos que se propunha investigar.

GENEALOGIA ENQUANTO HISTÓRIA

Quando pensamos em história em Foucault, rapidamente lembramos de seu famoso texto sobre “Nietzsche, la généalogie et l’histoire” (1971). Nele, encontramos a oposição entre uma história de busca pelas origens recônditas, uma *Ursprungshistorie* – que deve ser sistematicamente evitada – e uma pesquisa pela proveniência (*Herkunft*), da emergência

(Entstehung) e da invenção (*Erfindung*). A genealogia não pode se configurar como uma história de nosso momento presente que tenha por meta encontrar “a essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente guardada em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo que é externo, acidental e sucessivo”.⁵ Isto é, não se trata de encontrar a verdade primeira, imutável, aquilo que Foucault chamava de “solenidades da origem”, de reduzir ou mesmo de constranger a história à metafísica, de encontrar na origem o lugar da verdade, da verdade primeira e fundamental.

por trás da verdade, sempre recente, avara e comedida, há a proliferação milenar dos erros. [...] A verdade, espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque a longa cocção da história a tornou inalterável. E, além disso, a própria questão da verdade, o direito que ela se dá de refutar o erro ou de se opor à aparência, a maneira pela qual alternadamente ela se tornou acessível aos sábios, depois reservada apenas aos homens piedosos, a seguir retirada para um mundo fora de alcance, onde desempenhou simultaneamente o papel de consolo e de imperativo, rejeitada, enfim, como idéia inútil, supérflua, contradita em todo lugar – tudo isso não é uma história, história de um erro que tem o nome de verdade? A verdade e seu reino originário tiveram sua história na história.⁶

O que a genealogia encontra, contra toda uma história da origem e da verdade inalterável e inabalável diante das investidas humanas, sempre desejosas de alcançá-la e vislumbrá-la totalmente e sem intermediações; o que a genealogia encontra em toda *Ursprung*, é a invenção, é a proveniência, é a *Herkunft*. Mas que não caiamos na falsa ilusão de que Foucault recusa a pesquisa pela origem. Antes ele a problematiza, sempre na sua relação com a invenção. É antes mostrar na história como origem e invenção se co-fundem, implicando uma na outra. São termos simultaneamente próximos e radicalmente distintos. Próximos na medida em que, para Nietzsche (segundo Foucault, mas também para ele mesmo). *Erfindung*, invenção, invoca *Ursprung*, origem. Isto é, nem Nietzsche nem Foucault conseguem – e nem pretendem – tratar da invenção sem se referir a origem e vice-versa; em outros termos, invenção e origem se invocam reciprocamente. Contudo, são termos distintos, pois tanto Nietzsche quanto Foucault não concebem essa invocação recíproca como uma exigência de sinonímia ou de complementação; antes, são termos antagônicos e opostos. Quando Nietzsche e Foucault falam de “invenção” é para não falarem de “origem”. E é neste jogo tenso, de reciprocidade e antagonismo, que se deve situar toda análise genealógica sobre

⁵ FOUCAULT, *Dits et écrits*, t. II, p. 138.

⁶ FOUCAULT, *Dits et écrits*, t. II, p. 139.

verdade e conhecimento. Verdade e conhecimento são invenções. E como o conhecimento é invenção e, portanto, não-natural, é interpretação. Desse modo a genealogia enquanto interpretação é história/interpretação de outras interpretações; por isso, e com base na definição proposta por Foucault ao termo “interpretação”, então a genealogia foucaultiana é subversiva, na medida em que se impõe à força sobre os elementos constituintes dos objetos das interpretações genealógicas – as outras interpretações – obrigando-os a se reorganizarem.

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS

Mas tais ideias são aplicáveis apenas à fase genealógica de Foucault, na qual há o predomínio das análises sobre as relações de poder? Seria um equívoco pensar assim, até pelo fato de que, embora Foucault privilegie as relações de poder, elas não são pensadas exclusivamente como relações sociais ou interpessoais; mas o conceito foucaultiano de “poder” é uma categoria conceitual fundamental para pensar práticas e formações discursivas que, em nossa sociedade ocidental e em nosso tempo atual, não param de se epistemologizar.⁷ E neste sentido, há uma linha de continuidade entre as fases arqueológica e genealógica, de tal modo a ver também na arqueologia foucaultiana o mesmo movimento de abordagem analítica.

De qualquer modo, contudo, temos que admitir que a fase arqueológica foi bem mais profícua em análises das ciências... Claro que esta afirmação tem que ser relativizada. É verdade que o aspecto mais notório de livros como *Surveiller et punir* (1975) e *La volonté du savoir* (1976) residia na descrição genealógica das relações de poder e de seus efeitos na constituição de individualidades e subjetividades em nossa modernidade. Mas não exclusivamente, pois não é possível negligenciar o fato de que tinham também por fim analisar os discursos e os saberes a partir de uma matriz de relações de força, e nesse caso, de efetuar uma análise genealógica da constituição de verdades, de nossa relação com elas, e por meio delas, de nossas relações com os objetos do conhecimento. É muito nesta perspectiva que se deve ler seu artigo “Nietzsche, la généalogie et l’histoire”, bem como seu primeiro curso no *Collège de France*.

Mas Foucault não estava interessado em formular uma análise epistemológica das ciências; seu interesse pelas ciências se pautava para as descrições arqueológicas do saber:

⁷ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 255.

Nesse nível, a cientificidade não serve como norma: o que se tenta revelar, na história arqueológica, são as práticas discursivas na medida em que dão lugar a um saber, e em que esse saber assume o status e o papel de ciência. Empreender nesse nível uma história das ciências não é descrever formações discursivas sem considerar estruturas epistemológicas; é mostrar como a instauração de uma ciência, e eventualmente sua passagem à formalização, pode ter encontrado sua possibilidade e sua incidência em uma formação discursiva e nas modificações de sua positividade. Trata-se, pois, para tal análise, de traçar o perfil da história das ciências a partir de práticas discursivas; de definir como, segundo que regularidades e graças a que modificações, ela pôde dar lugar aos processos de epistemologização, atingir as normas de cientificidade e, talvez, chegar ao limiar da formalização.⁸

Ou dito de outro modo: não se trata de negligenciar uma abordagem epistemológica das ciências. Trata-se sim de considerá-las de outro modo, bem diverso daquele que Foucault encontrou quando formulou sua abordagem. A arqueologia enquanto história das ciências não é uma “hagiografia” dos cientistas como se fossem santos ou heróis da verdade. A história das ciências não é a busca incessante e contínua em direção à verdade. Sua história é destituída de qualquer teleologia. Não há propriamente um fim a ser alcançado; assim como também não há uma origem primeira e fundamental, simultaneamente histórica e nos limites da história porque transcendental. Ainda que nem a ciência e nem a verdade são a norma dessa história, não implica que estejam fora de consideração. Ao contrário: é por não as tomar como norma que a arqueologia pode se voltar analiticamente às ciências e as suas verdades como acontecimentos históricos, rastreáveis em suas dinâmicas de emergências históricas.

Como Foucault consegue realizar tal intento? Sua estratégia consistiu, *grosso modo*, em deslocar o foco de análise da ciência enquanto fenômeno a ser investigado para o discurso. Serão enquanto discursos que as ciências serão arqueologicamente estudadas. E como tais, é preciso se inventariar, descrever e analisar os discursos em suas interrelações com outros discursos e com práticas não-discursivas. Vejamos sucintamente,⁹ como a arqueologia se processou em seus principais livros.

A ARQUEOLOGIA EM HISTOIRE DE LA FOLIE

⁸ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 249.

⁹ Meu objetivo aqui é apenas efetuar uma apresentação sucinta e “pedagógica” das fases da arqueologia, deixando de lado análises mais detalhadas, o que não cabe aqui.

Em *Histoire de la folie* (1961), o termo arqueologia aparece pela primeira vez. Sua utilização é bastante específica, sempre como uma crítica e como oposição ao que se tomava ortodoxamente por história das ciências no começo dos anos sessenta. Em particular aquela história, romantizada e hagiográfica, das descobertas científicas e dos cientistas que a descobrem como heróis ou santos. Mas também para se diferenciar da história das ciências como realizada pelo seu velho mestre Georges Canguilhem. Segundo ele, deve-se estabelecer uma estreita relação entre história das ciências e epistemologia, de tal modo que Canguilhem compreendia que fazer epistemologicamente história das ciências, quer dizer, investigar a formação de um conceito, é fazer a história de um problema que já na sua origem é um problema científico.

Ainda que a arqueologia foucaultiana em *Histoire de la folie* se configure como uma história conceitual,¹⁰ assim como uma investigação histórica das condições de possibilidade de uma modalidade discursivo-científica (a psiquiatria e a psicologia, como já foi dito anteriormente), estas condições de possibilidade são de uma outra ordem – e mais profunda – que a da ciência. Estas condições de possibilidade são de uma outra ordem, pois Foucault descobre que as mesmas podem e devem ser encontradas na percepção clássica da loucura; uma vez que além de sua anterioridade a qualquer conceito científico ou a qualquer teoria, é na percepção e na dicotomia estrutural entre razão e desrazão, e entre razão e loucura, que se possibilita o nascimento da psiquiatria na Modernidade, e em nossa Contemporaneidade.

Para realizar tal análise, Foucault recorreu tanto à análise das principais teorias médicas da Idade Clássica, caracteristicamente nosográficas e classificatórias, quanto à análise da criação de políticas institucionais de enclausuramento. A história arqueológica não apenas se realiza em níveis diferentes de análise, quanto “descobre” eventos distintos, e até contrastantes, que se afetam mutuamente de tal modo a desencadear um movimento de constituição de um objeto peculiar: o doente mental. No nível da análise das medicinas classificatórias, Foucault descobre nelas todo um esforço de um estabelecimento de um *locus* racional para as doenças da alma, e para a loucura em particular; é o estabelecimento da loucura no jardim das espécies mórbidas. Contudo, tais discursos não reconhecem nem articulam nosograficamente o louco. Da mesma forma, as instâncias institucionais, a instauração das práticas de enclausuramento, personificam aquilo que Foucault chamou de percepção clássica da loucura: a percepção sócio-moral do louco como uma das figuras mais sombrias da desrazão.

¹⁰ MACHADO, *Ciência e saber: A trajetória da arqueologia de Michel Foucault*, p. 83.

O que, em princípio, sugeria que haveria um descompasso entre essas duas análises históricas que nos apresenta a arqueologia, pode ser visto como complementares. Neste sentido, a arqueologia se processa como um empreendimento analítico em que a conjunção dos dois níveis descreve não necessariamente um desenvolvimento racional, mas um processo antecedente à própria razão em que o processo de constituição histórica da doença mental como objeto de um conjunto de discursos, “pré-fixados” como psi, caracteriza-se como a constituição de sua própria condição de possibilidade e emergência/proveniência histórica. Ou seja, a arqueologia de *Histoire de la folie*, contra as histórias das ciências em geral que *heroificam* ou santificam os cientistas, e contra uma abordagem epistemológica motivadoras da história das ciências enquanto história dos conceitos científicos e verdadeiros, é uma história que descreve a proveniência “baixa”, “ínfima” “vil” de uma ciência a partir de condições histórico-sociais não científicas, mas éticas. E isto só é possível porque é uma análise que se processa naqueles dois níveis já relatados.

A ARQUEOLOGIA EM NAISSANCE DE LA CLINIQUE

É sabido que o material coletado por Foucault, por ocasião da redação de *História da Loucura*, sua tese de doutorado, foi a principal fonte documental para a redação e publicação de *Naissance de la clinique* (1963). Curiosamente, a expressão “arqueologia” só aparece no subtítulo deste livro: por uma arqueologia do olhar. No decorrer do mesmo, o termo que prevalece é “epistemologia”. Apesar da aparente imprecisão terminológica, também é sabido que se tratava de seu texto mais epistemológico. Seu problema consistia em inventariar as condições – sempre históricas – que permitiram que ocorresse o que denominou como a emergência, o nascimento da clínica. Por clínica, Foucault entendia um conjunto de procedimentos e discursos, advindos de uma reconfiguração da medicina proto-clínica, mais afeita às homologias e aos jogos de representação entre o sintoma e a espécie mórbida.

Sua história consistiu em mostrar de que modo o médico deixa de estabelecer tal correlação de natureza estritamente representacional, não percebendo o corpo doente, mas a doença no corpo; apenas como um sinal da manifestação da doença, mas não seu desenvolvimento no sentido de uma fragilização do corpo e rarefação da vida. A nova configuração se dá pelo fato de que o médico, pouco a pouco, abandona a prática representacional e classificatória e se põe a realizar uma anátomo-clínica. Trata-se de um novo olhar, que busca no corpo os sintomas e as marcas da doença, que se desenvolvem no corpo e apenas no corpo. Mas para essa transformação no olhar médico, foi necessário criar

espaços de visibilidade e de transmissão dos saberes minuciosa e pacientemente acumulados a partir dos cadáveres perscrutados. Foi necessário a criação de uma instituição peculiar, uma instituição própria da modernidade: o hospital. O hospital como lugar da experimentação. E experimentação decorrente do olhar perspicaz e treinado diante dos tecidos e carnes meticulosa e metodicamente retalhados a fim de evidenciar todos os sinais da morbidez. Para tanto, não basta a criação dos arquivos de prontuários; é necessário também o cruzamento das informações a partir das intervenções cirúrgicas *post-mortem* nos necrotérios contíguos aos hospitais. Clínica como cura, como terapêutica? Não, clínica como prospecção dos sintomas nos cadáveres.

De qualquer modo, assistimos mais uma vez na reflexão foucaultiana uma busca constante de não perder de vista a possibilidade de estabelecer uma interface entre uma reconstrução histórica “interna” dos discursos científicos com uma reconstrução “externa” das instituições e práticas sociais que impulsionaram. Não que a última condicione a primeira. Não é isso que encontramos em Foucault; mas que essa interface entre o discursivo e o não-discursivo que se dá numa formação discursiva se processa em níveis variados e com intensidades de relação distintas, de uma coerência a uma tensa conflitividade.

A ARQUEOLOGIA DE LES MOTS ET LES CHOSES

No caso de *Les mots et les choses* (1966), Foucault desconsidera voluntariamente quaisquer considerações sobre as chamadas práticas não-discursivas. Ainda assim, neste livro, retoma e radicaliza, de certo modo, a hipótese da reestruturação das formas de visibilidade e dicibilidade, universalizando-a para aqueles discursos que culminaram, no alvorecer da modernidade, com o advento das ciências humanas: é o estudo das epistemes, como estruturas sistemáticas, globalizantes porém não fechadas, que fundariam, bem aquém do pretense primado da subjetividade e da racionalidade (posto que este primado depende daquelas epistemes, particularmente a moderna), os discursos e saberes. O nível de análise arqueológica desenvolvida neste livro passa ao largo da descrição das formações discursivas nas quais estariam dispostas e interrelacionadas práticas discursivas e práticas não-discursivas. O foco está na análise descritiva das epistemes.

Contudo, alguns traços caracterizadores das epistemes são suficientes para nos fazer notar que Foucault trabalha ainda com a possibilidade de confrontar níveis diversos –

internos e externos – em sua historiografia arqueológica¹¹: (a) um primeiro elemento consiste em que a episteme tem uma caracterização geográfica e temporal; (b) em segundo lugar, descrever a episteme é descrever a região intermediária entre os códigos fundamentais da cultura como sistema. Ora, segundo Foucault, numa entrevista concedida a Madeleine Chapsal sobre *Les mots et les choses*, afirma: “Por sistema, é preciso entender um conjunto de relações que se mantêm, se transformam, independentemente das coisas que ligam”, para logo em seguida, sugerir que o sistema condiciona a totalidade do “*modus vivendi*” das pessoas, e de que esse sistema se transforma histórica e socialmente:

Em todas as épocas, a forma pela qual as pessoas refletem, escrevem, imaginam, falam (até nas ruas, as conversações e os escritos mais cotidianos) e mesmo a forma pela qual sua sensibilidade reage, toda sua conduta é comandada por uma estrutura teórica, um sistema, que muda com os anos e as sociedades - mas que está sempre presente e em todas as sociedades.¹²

E em terceiro lugar, que a descrição não se refere aos conhecimentos nem ao ponto de vista de sua forma racional nem ao de sua objetividade, mas de suas condições de possibilidade, e mesmo de impossibilidade; de uma impossibilidade mais geral, mas que ainda assim constrange todas as nossas formas de conhecimento:

No deslumbramento dessa taxonomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso.¹³

Portanto, o estudo e análise arqueológicos das epistemes consistem em inventariar as condições de emergência, de condicionamento e constrangimento epistêmico que permite, sanciona e também constrange determinados exercícios de dicibilidade científica e veraz numa dada época. Tais epistemes, por sua generalidade, não estão adstritas a uma ciência, não lhes são inerentes, embora mantenham com as ciências uma relação de imanência, uma vez que sua descrição depende – ainda que parcialmente – da análise das ciências. Assim, a análise arqueológica joga o tempo todo – e pode fazê-lo sem maiores dificuldades – com a análise das teorias, em sua economia discursiva interna, bem como em sua relação seja com outros discursos, numa economia discursiva externa; ou se preferirmos, utilizando uma expressão mais apropriada, conforme a *L'archéologie du savoir* (1969), uma formação discursiva.

¹¹ CASTRO, *El vocabulário de Michel Foucault*, p. 111-112.

¹² FOUCAULT, *Dits et écrits*, t. I, p. 515.

¹³ FOUCAULT, *Les mots et les choses*, p.7.

A HISTÓRIA SEGUNDO L'ARCHÉOLOGIE DU SAVOIR¹⁴

Com base no exposto até aqui, ainda que abruptamente é verdade, podemos afirmar que a arqueologia não pode ser definida por meio de um conjunto determinado de regras, nem mesmo por uma neutralização dos principais elementos epistemológicos caracterizadores das ciências. Mesmo assim, a arqueologia é a descrição e análise dos discursos que em nossa sociedade tendem a se epistemologizar. Portanto, embora sua análise não seja sobre as ciências, ela se presta muito bem para um processo de análise das ciências enquanto discursos; uma vez que Foucault considera-os metodicamente sempre em sua economia interna (veja o conceito, ainda que problemático, de “episteme”), simultaneamente numa formação discursiva que pode ser descrita em suas relações com outros discursos ou com práticas não-discursivas. De certo modo, ela responderia, assim, à necessidade historiográfica das ciências, sem precisar prescindir de uma reconstrução interna (Lakatos diria “racional”, em termos foucaultianos seria mais correto falar em “discursivo”, e talvez em sua economia enunciativa) e de uma análise das condições sociohistóricas do surgimento e emergência desses discursos como pretensão de cientificidade e verdade.

Para tal empreitada, Foucault introduz dois conceitos que são capitais, a saber o conceito de “formação discursiva” e o de “prática discursiva”. O primeiro conceito é-lhe fundamental para as releituras que ele fez, em *L'archéologie du savoir* (1969), de seus três primeiros importantes livros. Para tal ele neutraliza a implicação do conceito de “ciência” em sua análise, sem necessariamente excluí-lo de suas considerações. Qual o sentido de sua neutralização? Quando se trata de não o considerar por um valor e sim por sua facticidade histórica de discurso; portanto, não é seu valor epistemológico que interessa a Foucault, mas a sua condição de discurso científico, de discurso historicamente compreendido como científico, à medida que inserido numa formação discursiva historicamente situada.¹⁵

Mas o que é uma formação discursiva? Em *A arqueologia do saber* há uma seção chamada “As regularidades discursivas”,¹⁶ na qual Foucault define as formações discursivas como “sistemas de dispersão” que possui alguma regularidade e, por isso, regido por regras que arqueologicamente podem ser descritas como tais – há que se admitir aqui que na

¹⁴ Aqui, sigo de perto as considerações que fiz outrora. Cf. NALLI, “Sobre o conceito foucaultiano de discurso”, p. 151-169.

¹⁵ FOUCAULT, *Dits et écrits*, t. I, p. 724.

¹⁶ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 29-101.

imprecisão terminológica de Foucault ele co-funde regularidade com regra.¹⁷ A tais regras, ele chamou de “regras de formação”, que podem ser definidas como “condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva”.¹⁸ Apesar da dificuldade de entendimento do que ele quis dizer, é possível sustentar que o acento que ele dá aí não é nem à noção de ciência e nem mesmo à noção de discurso, e sim à condição de regularidade das formações discursivas. A noção de regularidade não é claramente definida pela arqueologia foucaultiana, pois ainda que se possa entender por ela “uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações”,¹⁹ sua “natureza constitutiva” só pode ser descrita e analisada imanentemente à formação discursiva então descrita arqueologicamente. Ou, dito ainda de outra forma, ela – a regularidade – “é definida pela formação discursiva mesma”.²⁰ E por confundir regra com regularidade, Foucault pode considerar a formação discursiva como um sistema de discursos que se processa pro auto-regulação, cuja positividade histórico-arqueológica é o que ele chamou de “saber”.

No entanto, se tomarmos a definição que Foucault nos dá do que entende por saber, veremos que ele a relaciona não diretamente com a formação discursiva, mas com outro conceito que é introduzido aí e tem um peso capital, qual seja, o de prática discursiva. Diz ele:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um estatuto científico. [...] um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso. [...] um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam. [...] finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidos pelo discurso.²¹

Aqui surge uma dificuldade. Há uma discrepância entre a definição que Foucault dá de “prática discursiva”²² que o assemelha àquela de formação discursiva, e o usos que faz da

¹⁷ NALLI, “Sobre o conceito foucaultiano de discurso”, p. 158.

¹⁸ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 53.

¹⁹ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 53.

²⁰ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 153.

²¹ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 238.

²² FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 153s.

terminologia, que o torna sinônimo de discurso. De certo modo podemos dizer que há uma aporia entre a definição formal e a definição pragmática de prática discursiva. Cabe aqui uma escolha interpretativa. É sabido que a noção de formação discursiva foi criada antes da publicação de *L'archéologie du savoir*, ainda que forte e fartamente assimilada no livro.²³ No entanto, sua pequena novidade – ainda que seja de grande importância para as pesquisas na década seguinte, principalmente na fase genealógica – é a introdução do termo e seu uso pragmático (estou pensando aqui nos termos da pragmática filosófica) “prática discursiva”. Os discursos só são objetos de consideração analítica pela arqueologia à medida que são entendidos como práticas, como práticas discursivas, inseridas numa formação discursiva, isto é, num sistema regular e regrado de regras de formação aos discursos, de tal modo que Foucault afirma categoricamente: “a arqueologia busca definir [...] os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras”.²⁴

Qual a importância dessa pequena novidade? Ela se articula, num mesmo tempo, a um projeto que começa a findar, a dar seus últimos sinais como o canto do cisne, isto é a arqueologia, e um novo que, pouco a pouco, vai se anunciando: a genealogia. Sabidamente, a expressão “genealogia” só foi adotada por Foucault a partir da leitura pública de sua aula inaugural no *Collège de France, L'ordre du discours*.

EPÍLOGO

No entanto, ainda que inominada, a genealogia se prenuncia quase ao final do último capítulo de *L'archéologie du savoir*. Naquele capítulo, Foucault esclarece o porquê de se deter em sua arqueologia sobre os saberes e sobre os discursos, considerados como práticas regradas e com tendência à cientificidade. Mas ele adverte que se trata de uma escolha com tudo o que ela dispõe de arbitrária. Poderiam se fazer outras análises arqueológicas, sobre a ética, da pintura, e do que Foucault chamou de “saber político”:

Tentar-se-ia ver se o comportamento político de uma sociedade, de um grupo ou de uma classe não é atravessado por uma prática discursiva determinada e descritível. Essa positividade não coincidiria, evidentemente, nem com as teorias políticas da época nem com as determinações econômicas; ela definiria o que da política pode se tornar objeto de enunciação, as formas que essa enunciação pode tomar, os

²³ FOUCAULT, *Dits et écrits, t. I*, p. 696-731. Cf. também NALLI, “Sobre o conceito foucaultiano de discurso”, p. 151-169.

²⁴ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 182.

conceitos que se encontram aí postos em obra, e as escolhas estratégicas que aí se operam.²⁵

Trata-se, pois, de uma arqueologia dos discursos do político, das práticas discursivas e dos sistemas de regras que os regem, isto é, suas formações discursivas, que possibilitaram a determinação de objetos como objetos políticos, de questões e problemas, de sujeitos, de estratégias de conceitos que de algum modo (inter)agem às práticas outras que não discursivas – “investidos nos comportamentos e estratégias”, como diz logo a seguir Foucault²⁶ –, e assim permitem seu entendimento num enquadramento político.

Foi exatamente motivado por essa provocação que há pouco tempo procurei²⁷ demonstrar em que medida e com base em que sistema de formações de saberes, foi possível transformar a vida numa questão política, determinando assim, pela análise arqueológica da formação da biologia – e nesse contexto da formação da vida como objeto de ciência biológica – as condições que se fizeram necessárias para a formação e emergência história da biopolítica. Ou seja, em linhas gerais, como a arqueologia permite e propicia a análise genealógica. Ou para ser ainda mais preciso, podemos afirmar:

[...] para tentar compreender o sentido e as implicações daquela afirmação²⁸ e de sua aparentemente insuspeita inversão, pode se fazer interessante resgatar como Foucault considerou, ao menos em termos arqueológicos, a transformação e constituição epistêmica da noção de vida, e depois pensar se tal abordagem continua a reverberar genealógicamente em sua interpretação da biopolítica. Em outras palavras, há que se reconstruir – ainda que de modo bastante esquemático – alguns elementos capitais à história da conexão entre biologia e política. É preciso tentar encontrar seus pontos de conexão estrutural. Foucault fez isto, ainda que parcialmente, em duas ocasiões, exatamente no mesmo ano de 1976: em seu curso *Il faut défendre la société* e no primeiro volume de sua *Histoire de la sexualité: la volonté de savoir*. No curso, o enfoque genealógico – e, portanto, numa perspectiva histórica – recaiu sobre a questão da história do racismo, e no livro o acento foi ao tema da sexualidade. Talvez o ponto possa ser melhor explicitado se resgatarmos o modo como Foucault considera em *Les mots et les choses* a questão da vida, do surgimento da

²⁵ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 254.

²⁶ FOUCAULT, *L'archéologie du savoir*, p. 255.

²⁷ NALLI, “De que vida trata a biopolítica? Considerações sobre a inversão foucaultiana da máxima aristotélica”, p. 94-117.

²⁸ Isto é, aquela famosa afirmação de Foucault sobre Aristóteles: “O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal, em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão” (FOUCAULT, *Histoire de la sexualité, I: la volonté de savoir*, p. 188).

história natural em direção à biologia, como pano de fundo para entender o curso e o livro de 1976.²⁹

Neste sentido, a arqueologia e a genealogia não seriam exatamente os dois nomes de um mesmo empreendimento investigativo, aquilo que anos depois Foucault chamou de “ontologia do presente” ou de “ontologia histórica de nós mesmos”, ou ainda simplesmente de “crítica”? Um projeto de crítica à (nossa) modernidade que passa pelo crivo histórico com uma finalidade bem clara, a saber:

Trata-se, de fato, de se fazer nessa prática histórico-filosófica a sua própria história, de fabricar como que por ficção a história que será atravessada pela questão das relações entre as estruturas de racionalidade que articulam o discurso verdadeiro e os mecanismos de sujeição que a elas estão ligados, questão que, pode-se notar, desloca os objetos históricos habituais e familiares aos historiadores para o problema do sujeito e da verdade [...] coloca-se a questão: quem sou eu, que pertencço a esta humanidade, talvez a esta parte, a este momento, a este instante de humanidade que está sujeitada ao poder da verdade em geral e das verdades em particular? Dessubjetivar a questão filosófica pelo recurso histórico.³⁰

E, assim a crítica foucaultiana da modernidade não é, segundo os próprios termos de Foucault, “o trabalho indefinido da liberdade”?³¹

IS THERE STILL ANY RELEVANCE TO THE ARCHEOLOGY? CONSIDERATIONS BETWEEN HISTORY OF THE DISCOURSES OF TRUTH AND POWER

Abstract: I try to rehearse an interpretation of the role of the characterization of history made by Foucaultian archeology, in terms of a history of discursive practices ruled by their discursive formations. My hypothesis is that, in *L'archéologie du savoir*, Foucault introduces a concept – 'discursive practice' – whose pragmatic use during the book allows both its archaeological analysis in historical terms and its reading in critical terms, such that form a whole unique to Foucaultian investigations. Keywords: archeology – history – discursive formation – discursive practice – genealogy.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAUNSTEIN, Jean-François. “Bachelard, Canguilhem, Foucault. Le ‘style français’ en épistémologie”. In: WAGNER, Pierre (org.). *Les philosophes et la science*. Paris : Gallimard, 2002. p. 920-963.

²⁹ NALLI, “De que vida trata a biopolítica? Considerações sobre a inversão foucaultiana da máxima aristotélica”, p. 97-98.

³⁰ FOUCAULT, “O que é crítica? (Crítica e Aufklärung)”, p. 180.

³¹ FOUCAULT, *Dits et écrits*, t. IV, p. 574.

- CASTRO, Edgardo. *El vocabulário de Michel Foucault*. Bernal: Universidad de Quilmes, 2004.
- DAVIDSON, Arnold. “Foucault et l’analyse des concepts”. In: FRANCE, Dominique (*et alli*), *Au risque de Foucault*. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 1987.p. 53-66.
- FOUCAULT, Michel. “O que é crítica? (Crítica e *Aufklärung*)”. *Cadernos da F.F.C.* [Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP]. Marília, UNESP, v. 9, n. 1, 2000, p. 169-189.
- _____. *Dits et écrits*. tomes I-IV, Paris: Gallimard, 1994.
- _____. *Histoire de la folie*. Paris: Gallimard, 1972.
- _____. *L’archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- _____. *Les mots et les choses*. Paris: Gallimard, 1966.
- _____. *Naissance de la clinique*. Paris: PUF, 1963.
- LAKATOS, Imre. “La historia de la ciencia y sus reconstrucciones racionales”. In: *Escritos filosóficos, 1*. Madrid: Alianza Editorial, 2007. P. 134-179.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: A trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- NALLI, Marcos. De que vida trata a Biopolítica? Considerações sobre a inversão foucaultiana da máxima aristotélica. *Aurora*, v. 31, p. 94-117, 2019.
- _____. “Sobre o conceito foucaultiano de discurso”. In: Luiz B. L. Orlandi. (Org.). *A Diferença*. Campinas: EdUNICAMP, 2005, p. 151-169.